

Pressão sobre deputados é próximo passo para reajuste

A Fenajufe fez reunião nesta quarta-feira (12) para avaliar a Greve pelo PCS, que encerrou na semana passada nos estados, o cenário que envolve a revisão salarial da categoria, com o envio de dois novos projetos ao Congresso Nacional (PLs 4362/12 e 4363/12, do MPU e do Judiciário Federal, respectivamente) no dia 31 de agosto, e como deverá ser a atuação da Fenajufe e dos Sindicatos de base daqui para frente.

Em um cenário no qual o governo Dilma começa a articular a regulamentação da Greve no serviço público, mas não fala em garantir a revisão anual dos vencimentos, fica claro que a Greve terminou, mas não a pressão para garantir o reajuste.

Tramitação

A reunião contou com a participação do assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiroz (Toninho do Diap), que explicou como está o andamento dos projetos na Câmara dos Deputados.

Segundo ele, o PL 4363/12,

dos servidores do Judiciário Federal, deve ser distribuído à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) ainda esta semana.

Os projetos, que pela tramitação original deverão passar pelas mesmas três comissões do PLs 6613/09 (PCS), Ctasp, CFT e CCJ, poderiam ser votados diretamente no plenário da Câmara caso fosse apresentado um requerimento de urgência urgentíssima, articulado pelos líderes partidários. Segundo ele, esse mecanismo agilizaria a tramitação das matérias, considerando que, pelo fato de este ser um ano eleitoral, os trabalhos no Congresso Nacional ficaram prejudicados, e muitos projetos deixarão de ser votados devido às poucas reuniões deliberativas até o final desse segundo semestre.

Adicional de Qualificação

Em relação ao PL 319/07, que concede o Adicional de Qualificação (AQ) aos técnicos judiciários com graduação superior, Toninho avalia que a melhor al-

ternativa, no momento, é pressionar o relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), deputado Aelton Freitas (PR-MG), para cobrar o encaminhamento de sua apreciação.

Embora a proposta de Lei Orçamentária Anual de 2013 tenha sido enviada ao Congresso sem os recursos necessários à implementação do PL 319/07, o assessor parlamentar acredita que o STF deve trabalhar para que essa previsão orçamentária seja incluída, uma vez que em conversa com representantes da categoria o próprio Supremo se comprometeu a atuar em defesa do PL.

Para Toninho, nenhuma dessas ações citadas traz reflexos para os PLs 6613/09 e 6697/09, PCSs do Judiciário e MPU, que continuariam parados na CFT sem serem arquivados. "Como a Fenajufe não assinou nenhum acordo com o governo, sobre o envio dos novos projetos ao Legislativo, a categoria não está 'amarrada', como as outras, nos próximos três anos. Nada impe-

de que os servidores do Judiciário e do MPU continuem, por um lado, acompanhando os PLs originais e, por outro lado, pressionem pela votação de imediato dos novos projetos enviados no dia 31 de agosto. Essa é uma possibilidade que precisa ser levada em consideração pela Fenajufe e os seus Sindicatos", afirmou Toninho.

Ele alertou, no entanto, que o fato de haver previsão orça-

mentária para os PLs 4362/12 e 4363/12 na proposta final, devido a uma negociação feita entre o STF, a PGR e o Executivo, não garante que o Congresso agilize a votação dos projetos. "Por isso, é necessário definir logo como será a atuação junto aos parlamentares para buscar a finalização desse processo o mais breve possível", orientou o assessor, considerando fundamental que

isso ocorra ainda dentro da gestão do ministro Ayres Britto.

A partir dos relatos, os coordenadores da Fenajufe avaliaram que é preciso definir com as entidades de base a atuação da categoria nesse próximo período. Com esse objetivo, uma reunião da Fenajufe com um representante de cada Sindicato filiado será convocada para o dia 26 de setembro.

Reunião para negociar dias parados e reajuste

A Fenajufe solicitou reunião com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, para debater algumas questões que envolvem o reajuste salarial da categoria. Entre os temas que estarão na pauta do encontro se destacam a separação da rubrica orçamentária que engloba os projetos de reajuste dos servidores e dos magistrados, a correção de alguns erros materiais que constam do PL, o orçamento do PL 319/07 e a negociação dos dias parados referentes ao período da Greve.

Sobre o orçamento do Judiciário, a informação repassada à Fenajufe é que o STF, ao enviar a sua peça orçamentária ao Ministério do Planejamento com os valores referentes aos reajustes dos servidores e dos magistrados, definiu uma rubrica para cada projeto. No entanto, por uma questão de prazo o Executivo encaminhou a proposta da LOA englobando os dois projetos na mesma rubrica. Na reunião com Ayres Britto, a Fenajufe vai reforçar a reivindicação para

que o STF garanta que o Executivo encaminhe a retificação ao Congresso separando o montante de cada setor do Judiciário.

Retificação

A Fenajufe também vai reafirmar o pedido para que o STF faça uma retificação no PL 4363/12 que, ao alterar o artigo 18, § 2º, da Lei 11.416, de 2006, em relação à remuneração das CJs, fez menção ao seu Anexo VII (que tratava das tabelas aplicáveis até dezembro de 2008 para os servidores optantes pelo cargo efetivo), quando deveria ter se reportado ao seu Anexo III (que fixa os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão - CJ, a partir de dezembro de 2008).

Como se trata de um erro material, isso pode ser corrigido durante a tramitação do PL, uma vez que a justificativa que o acompanhou não trata de nenhuma redução dos valores atualmente pagos aos ocupantes de cargo em comissão. *Da Fenajufe*

DECLARAÇÃO

Os servidores do Judiciário Federal de SC, reunidos em Assembleia durante paralisação pelo Plano de Cargos e Salários (PL 6613 de 2009), aprovaram a elaboração desta declaração de repúdio a TODAS as candidaturas dos partidos de sustentação do atual Governo Federal, enquanto este mantenha a sua posição de desrespeito à independência do Poder Judiciário e de arrocho salarial da categoria, que tem se manifestado com ações como:

- Exclusão do PCS do orçamento de 2010 remetido ao Legislativo;
 - Descumprimento de recomposição salarial anual;
 - Obstrução da tramitação do PL 6613 de 2009;
 - Negativas persistentes de estabelecer uma mesa de negociação;
 - Declarações públicas desconsiderando a necessidade de reajustes para a categoria.
- Foi aprovado também o encaminhamento desta declaração aos diretórios estaduais dos referidos partidos.

Fortaleça a organização e luta da categoria. Filie-se ao Sindicato

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares